

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2025

Às 10h05 (dez horas e cinco), do dia 21 de maio de 2025, através da plataforma online do Google Meet, é realizada a 2ª Sessão ordinária do Conselho de Administração do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Olinda - OLINPREV. Presentes em sessão presencial na Sede do OLINPREV e também de forma remota se encontram: LEONARDO SALES DE AGUIAR, Presidente; WANESSA FERNANDA SILVA, Conselheira titular, eleita pelos servidores ativos; JOSANY XAVIER DE MENEZES, Conselheira titular indicada pela APROMO; JOSUÉ UKA DE OLIVEIRA LIMA, Conselheiro titular indicado pelo SINFAN; EVERALDO TORRES CATÃO, Conselheiro suplente indicado pelo SISMO; MÁRCIA VIEIRA BARBOSA, Conselheira titular indicada pelo SINPMOL; como ouvintes ROBERTO MARDÔNIO, Conselheiro suplente indicado pelos servidores ativos; AURISTELA LANDIM, conselheira suplente representante do SINPMOL; LUIZ CLAUDIO KOGUT, atuário do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Olinda; ROBERTO FERREIRA DA ROCHA, Vice-Diretor Presidente do OLINPREV; CLAUDIA MARIA SILVA TABOSA, Diretora Presidente do OLINPREV; PAULO SÉRGIO SANTANA BELDEL FILHO, Diretor de Investimentos, e eu, GUSTAVO TENÓRIO GONÇALVES HOLANDA, Secretário-geral dos Órgãos Colegiados. O Presidente Leonardo Aguiar iniciou a sessão esclarecendo o motivo do adiamento: a reunião estava inicialmente agendada para o dia 8 de maio, mas, por questões de saúde do Diretor de Investimentos, Sr. Paulo Beldel, foi postergada para a presente data, previamente acolhida por todos os conselheiros. Em seguida, o Presidente destacou outro ponto relevante: a aprovação do conteúdo da ata da sessão anterior. Esclareceu que, embora o usual seja sua aprovação na sessão subsequente, neste caso a ata foi aprovada imediatamente na própria sessão, a fim de ser encaminhada, já assinada, ao Tribunal de Contas. Após os esclarecimentos iniciais, o Presidente passou a palavra à Diretoria Executiva do OLINPREV. A Sra. Claudia Tabosa, Diretora-Presidente do OLINPREV, agradeceu a oportunidade e destacou a grande relevância dos temas a serem tratados, especialmente a pauta solicitada pelo Conselheiro Everaldo Catão. Na sequência, solicitou ao atuário Luiz Cláudio Kogut que prestasse esclarecimentos sobre a avaliação atuarial referente ao exercício de 2025, que apresentou o déficit do Fundo Financeiro e do Fundo Previdenciário. Como se trata de matéria técnica, a apresentação foi conduzida pelo especialista, visando fornecer informações mais precisas a todos os conselheiros. O Sr. Roberto Ferreira, Vice-Diretor Presidente, cumprimentou os presentes e complementou informando que a Avaliação Atuarial já integra a prestação de contas, encontra-se publicada no site do OLINPREV, assim como as dos anos anteriores, e foi enviada à Prefeita e à Câmara Municipal conforme recomendação do TCE-PE, para que todos tomem ciência da situação dos fundos. O Vice-Presidente ressaltou ainda que quaisquer propostas de alteração no plano de benefícios, como segregação de massa ou outras medidas estruturais, devem ser acompanhadas de criteriosa análise técnica, dado o impacto previdenciário a longo prazo. Dando início ao primeiro item da pauta, o Presidente Leonardo Aguiar passou a palavra ao atuário Luiz Cláudio Kogut para a apresentação da Avaliação Atuarial. O atuário agradeceu a oportunidade, apresentou suas credenciais e os serviços prestados, iniciando a apresentação dos resultados da avaliação para o exercício de 2025. Em seguida, propôs um debate sobre os temas relacionados à unificação, extinção ou modificação da segregação de massas. O atuário iniciou sua exposição lembrando que o critério da segregação de massas foi adotado a partir de 1º de janeiro de 2009, ficando os servidores admitidos após essa data vinculados ao Fundo Previdenciário e os anteriores, ao Fundo Financeiro. O objetivo da segregação era estruturar um novo modelo previdenciário com base na capitalização, alocando os déficits no Fundo Financeiro. Durante a apresentação, foram detalhadas estatísticas da avaliação, como a distribuição de segurados (ativos, aposentados e pensionistas), os quantitativos por fundo, os métodos e hipóteses utilizados para projeções de receitas, rentabilidade, compensação previdenciária e despesas com benefícios. Esclareceu-se que, devido à existência da segregação de massas, são realizadas duas avaliações distintas: uma para o Fundo Previdenciário e outra para o Fundo Financeiro. O

Conselho de Administração

Conselheiro Everaldo Catão, representante do SISMO, fez questionamentos ao atuário sobre as estimativas da avaliação, especialmente quanto à exclusão de dados sobre óbitos ocorridos durante a pandemia, o superávit mensal do Fundo Previdenciário e a estimativa de duração das despesas desse fundo. Em resposta, o atuário esclareceu que a projeção do superávit e das despesas do Fundo Previdenciário foi realizada até o ano de 2090, ou seja, 65 anos à frente. Informou que a diferença entre receitas e despesas atinge o montante de mais de R\$ 6 milhões, o que não caracteriza uma urgência de curto prazo. Apresentou ainda a evolução dos resultados dos Fundos Financeiro e Previdenciário. Na sequência, Everaldo Catão questionou a projeção do crescimento das despesas, os critérios para reajustes dos proventos e a base de cálculo utilizada, especialmente sobre a projeção dos juros. Luiz Cláudio Kogut esclareceu que existem dois tipos de crescimento: o reajuste pela inflação (dissídio anual) e o crescimento real, que reflete a evolução das carreiras dos servidores. Projetou-se um crescimento real de 1% acima da inflação para os ativos, e nenhum crescimento real para os inativos. Encerrada essa parte, o Presidente deu início ao segundo item da pauta, relativo à apresentação do relatório de investimentos do último trimestre. Concedeu a palavra ao Diretor de Investimentos, Sr. Paulo Beldel, que agradeceu a presença de todos e apresentou dados com base no Relatório Focus, elaborado pelo Banco Central, contendo projeções sobre inflação, PIB, câmbio, taxa Selic, entre outros indicadores. O Diretor destacou que a expectativa de inflação para 2025 recuou de 5,57% para 5,50%, e a projeção da Selic caiu de 15,00% para 14,75%, refletindo ajustes de mercado. Ressaltou o papel da Selic no controle da inflação. No cenário internacional, apontou a crescente tensão comercial entre EUA e China, o que tem causado volatilidade nos mercados globais. Com relação ao OLINPREV, informou que o patrimônio total em abril de 2025 atingiu R\$ 228.548.040,21, com destaque para o crescimento do Fundo Capitalizado. Foram apresentados dados da Política de Investimentos, evolução patrimonial, rentabilidade acumulada, rendimento anual e distribuição dos ativos. A carteira segue perfil conservador: 98,70% em renda fixa e 1,30% em renda variável, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimentos 2025. A gestão de risco tem sido realizada por meio da diversificação do portfólio, com alocação em Títulos Públicos e Fundos de Investimentos, priorizando instituições financeiras sólidas do segmento S1. Foi destacado que o segmento de Títulos Públicos superou o objetivo-alvo de 40%, alcançando 60%, devido à elevação das taxas. Em contrapartida, os fundos com 100% em Títulos Públicos apresentaram alocação de 18,51%, abaixo da meta de 27%, optando-se por investir diretamente nos títulos. Na Renda Fixa Geral, a alocação chegou a 23,98%, acima da meta de 20%, devido à alta da taxa CDI. O investimento em renda variável permanece estável, sem novas aplicações previstas. A carteira do OLINPREV obteve rentabilidade acumulada de 4,58% no ano, superando a meta atuarial de IPCA + 5,19% ao ano. O Diretor agradeceu a atenção de todos e reiterou a importância de os conselheiros obterem certificação exigida pelo Ministério da Previdência, para melhor compreensão dos temas tratados. Prosseguindo à pauta, o Presidente Leonardo Aguiar introduziu o terceiro item: a proposta de unificação dos fundos, apresentada pelo Conselheiro Everaldo Catão, a quem concedeu a palavra. Everaldo Catão explicou que, quando foi criado o Fundo de Previdência de Olinda, havia a expectativa de realização contínua de concursos, o que manteria o equilíbrio atuarial com o ingresso de novos servidores. Estudos indicavam a necessidade de cinco servidores ativos para cada aposentado. Contudo, com a descontinuidade dos concursos e a ocupação de cargos por comissionados e contratados vinculados ao INSS, a sustentabilidade do regime próprio foi comprometida. Destacou que o Fundo Capitalizado, por ainda não possuir aposentados, apresenta superávit, mas seus recursos estão sendo aplicados no sistema financeiro, ao invés de contribuírem para cobrir o déficit do Fundo Financeiro. Propôs a criação de um grupo de trabalho para estudar o tema com base em dados atuariais, financeiros e experiências de outros municípios. O Presidente Leonardo Aguiar agradeceu a fala e pontuou que, por se tratar de tema relevante, o Conselho de Administração deve atuar com rigor técnico. Citou o parecer do atuário Luiz Cláudio Kogut, contrário à unificação, com base na existência de um déficit que perduraria por mais de 60 anos. Unificar os fundos, segundo o atuário, apenas anteciparia o pagamento, onerando ainda mais a estrutura pública. Sugeriu que o SISMO ou o SINPMOL contratasse um outro atuário para

Conselho de Administração

confrontar tecnicamente os argumentos apresentados, caso julgassem necessário. Everaldo Catão concordou com a sugestão e mencionou que o SISMO já entrou em contato com um profissional. Destacou que não apenas atuários, mas também economistas devem ser considerados no debate. O Conselheiro Roberto Mardônio, suplente dos servidores ativos, reforçou a importância de o sindicato contratar especialistas para confrontar tecnicamente os dados apresentados e propor, se necessário, alterações. O Diretor Paulo Beldel explicou que os principais beneficiários das aplicações financeiras são os servidores ativos, e que a taxa de juros utilizada nas projeções segue a Portaria nº 1.499/2024 do Ministério da Previdência Social. Enfatizou a necessidade de manter o superávit para garantir pagamentos futuros, inclusive após o encerramento das contribuições. O Vice-Presidente Roberto Ferreira ressaltou que, embora a mudança possa parecer vantajosa a curto prazo, a sua adoção exige observância às normas legais. A unificação dos fundos implicaria amortização do déficit em prazo menor, exigiria aprovação legislativa e análise do Ministério da Previdência Social. Caso considerada irregular, o município pode perder o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), o que comprometeria os repasses da União. A Conselheira Márcia Vieira, representante do SINPMOL, elogiou a apresentação do atuário, destacou a importância do embasamento técnico nas decisões e apoiou a contratação de um profissional especializado para assessorar os debates. Por fim, a Sra. Claudia Tabosa reforçou que as avaliações atuariais seguem portarias do Ministério da Previdência (Portarias nº 1.467/2022 e 4.963/2021), são revistas anualmente, e que propostas como aumento de alíquota foram feitas para o Fundo Capitalizado. Esclareceu que, conforme a legislação vigente, é vedada a transferência de recursos de um fundo para outro. Afirmou que o OLINPREV está com equilíbrio financeiro regular e CRP vigente, e que está aberto ao diálogo com os sindicatos, desde que observados os limites legais e o princípio da sustentabilidade do regime. Leonardo Aguiar agradece as informações e não existindo mais manifestações, o Presidente encerra esta sessão às **12:26**, lavrada através da presente ata, assinada por todos os Conselheiros participantes e por mim, Gustavo Tenório Gonçalves Holanda, Secretário-Geral dos Órgãos Colegiados do OLINPREV.

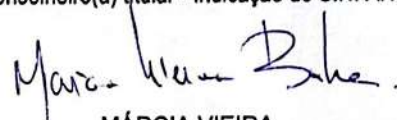
Olinda/PE, 21 de maio de 2025.


LEONARDO SALES DE AGUIAR
Presidente

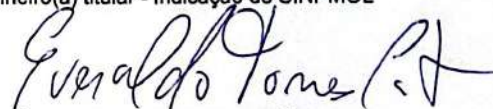

JOSANY XAVIER DE MENEZES
Conselheiro(a) titular - Indicação da APROMO


JOSUÉ UKA DE OLIVEIRA LIMA
Conselheiro(a) titular - Indicação do SINFAN


WANESSA FERNANDA SILVA
Conselheiro(a) titular - eleita pelos servidores Ativos


MÁRCIA VIEIRA
Conselheiro(a) titular - Indicação do SINPMOL


GUSTAVO TENÓRIO GONÇALVES HOLANDA
Secretário-Geral dos Órgãos Colegiados


EVERALDO TORRES CATÃO
Conselheiro(a) suplente - Indicação do SISMO

**ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OLINDA****OLINPREV****ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE OLINDA 2025**

Às 10h05 (dez horas e cinco), do dia 21 de maio de 2025, através da plataforma online do Google Meet, é realizada a 2ª Sessão ordinária do Conselho de Administração do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Olinda - OLINPREV. Presentes em sessão presencial na Sede do OLINPREV e também de forma remota se encontram: LEONARDO SALES DE AGUIAR, Presidente; WANESSA FERNANDA SILVA, Conselheira titular, eleita pelos servidores ativos; JOSANY XAVIER DE MENEZES, Conselheira titular indicada pela APROMO; JOSUÉ UKA DE OLIVEIRA LIMA, Conselheiro titular indicado pelo SINFAN; EVERALDO TORRES CATÃO, Conselheiro suplente indicado pelo SISMO; MÁRCIA VIEIRA BARBOSA, Conselheira titular indicada pelo SINPMOL; como ouvintes ROBERTO MARDÔNIO, Conselheiro suplente indicado pelos servidores ativos; AURISTELA LANDIM, conselheira suplente representante do SINPMOL; LUIZ CLAUDIO KOGUT, atuário do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Olinda; ROBERTO FERREIRA DA ROCHA, Vice-Diretor Presidente do OLINPREV; CLAUDIA MARIA SILVA TABOSA, Diretora Presidente do OLINPREV; PAULO SÉRGIO SANTANA BELDEL FILHO, Diretor de Investimentos, e eu, GUSTAVO TENÓRIO GONÇALVES HOLANDA, Secretário-geral dos Órgãos Colegiados. O Presidente Leonardo Aguiar iniciou a sessão esclarecendo o motivo do adiamento: a reunião estava inicialmente agendada para o dia 8 de maio, mas, por questões de saúde do Diretor de Investimentos, Sr. Paulo Beldel, foi postergada para a presente data, previamente acolhida por todos os conselheiros. Em seguida, o Presidente destacou outro ponto relevante: a aprovação do conteúdo da ata da sessão anterior. Esclareceu que, embora o usual seja sua aprovação na sessão subsequente, neste caso a ata foi aprovada imediatamente na própria sessão, a fim de ser encaminhada, já assinada, ao Tribunal de Contas. Após os esclarecimentos iniciais, o Presidente passou a palavra à Diretoria Executiva do OLINPREV. A Sra. Cláudia Tabosa, Diretora-Presidente do OLINPREV, agradeceu a oportunidade e destacou a grande relevância dos temas a serem tratados, especialmente a pauta solicitada pelo Conselheiro Everaldo Catão. Na sequência, solicitou ao atuário Luiz Cláudio Kogut que prestasse esclarecimentos sobre a avaliação atuarial referente ao exercício de 2025, que apresentou o déficit do Fundo Financeiro e do Fundo Previdenciário. Como se trata de matéria técnica, a apresentação foi conduzida pelo especialista, visando fornecer informações mais precisas a todos os conselheiros. O Sr. Roberto Ferreira, Vice-Diretor Presidente, cumprimentou os presentes e complementou informando que a Avaliação Atuarial já integra a prestação de contas, encontra-se publicada no site do OLINPREV, assim como as dos anos anteriores, e foi enviada à Prefeita e à Câmara Municipal conforme recomendação do TCE-PE, para que todos tomem ciência da situação dos fundos. O Vice-Presidente ressaltou ainda que quaisquer propostas de alteração no plano de benefícios, como segregação de massa ou outras medidas estruturais, devem ser acompanhadas de criteriosa análise técnica, dado o impacto previdenciário a longo prazo. Dando início ao primeiro item da pauta, o Presidente Leonardo Aguiar passou a palavra ao atuário Luiz Cláudio Kogut para a apresentação da Avaliação Atuarial. O atuário agradeceu a oportunidade, apresentou suas credenciais e os serviços prestados, iniciando a apresentação dos resultados da avaliação

para o exercício de 2025. Em seguida, propôs um debate sobre os temas relacionados à unificação, extinção ou modificação da segregação de massas. O atuário iniciou sua exposição lembrando que o critério da segregação de massas foi adotado a partir de 1º de janeiro de 2009, ficando os servidores admitidos após essa data vinculados ao Fundo Previdenciário e os anteriores, ao Fundo Financeiro. O objetivo da segregação era estruturar um novo modelo previdenciário com base na capitalização, alocando os déficits no Fundo Financeiro. Durante a apresentação, foram detalhadas estatísticas da avaliação, como a distribuição de segurados (ativos, aposentados e pensionistas), os quantitativos por fundo, os métodos e hipóteses utilizados para projeções de receitas, rentabilidade, compensação previdenciária e despesas com benefícios. Esclareceu-se que, devido à existência da segregação de massas, são realizadas duas avaliações distintas: uma para o Fundo Previdenciário e outra para o Fundo Financeiro. O Conselheiro Everaldo Catão, representante do SISMO, fez questionamentos ao atuário sobre as estimativas da avaliação, especialmente quanto à exclusão de dados sobre óbitos ocorridos durante a pandemia, o superávit mensal do Fundo Previdenciário e a estimativa de duração das despesas desse fundo. Em resposta, o atuário esclareceu que a projeção do superávit e das despesas do Fundo Previdenciário foi realizada até o ano de 2090, ou seja, 65 anos à frente. Informou que a diferença entre receitas e despesas atinge o montante de mais de R\$ 6 milhões, o que não caracteriza uma urgência de curto prazo. Apresentou ainda a evolução dos resultados dos Fundos Financeiro e Previdenciário. Na sequência, Everaldo Catão questionou a projeção do crescimento das despesas, os critérios para reajustes dos proventos e a base de cálculo utilizada, especialmente sobre a projeção dos juros. Luiz Cláudio Kogut esclareceu que existem dois tipos de crescimento: o reajuste pela inflação (dissídio anual) e o crescimento real, que reflete a evolução das carreiras dos servidores. Projetou-se um crescimento real de 1% acima da inflação para os ativos, e nenhum crescimento real para os inativos. Encerrada essa parte, o Presidente deu início ao segundo item da pauta, relativo à apresentação do relatório de investimentos do último trimestre. Concedeu a palavra ao Diretor de Investimentos, Sr. Paulo Beldel, que agradeceu a presença de todos e apresentou dados com base no Relatório Focus, elaborado pelo Banco Central, contendo projeções sobre inflação, PIB, câmbio, taxa Selic, entre outros indicadores. O Diretor destacou que a expectativa de inflação para 2025 recuou de 5,57% para 5,50%, e a projeção da Selic caiu de 15,00% para 14,75%, refletindo ajustes de mercado. Ressaltou o papel da Selic no controle da inflação. No cenário internacional, apontou a crescente tensão comercial entre EUA e China, o que tem causado volatilidade nos mercados globais. Com relação ao OLINPREV, informou que o patrimônio total em abril de 2025 atingiu R\$ 228.548.040,21, com destaque para o crescimento do Fundo Capitalizado. Foram apresentados dados da Política de Investimentos, evolução patrimonial, rentabilidade acumulada, rendimento anual e distribuição dos ativos. A carteira segue perfil conservador: 98,70% em renda fixa e 1,30% em renda variável, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimentos 2025. A gestão de risco tem sido realizada por meio da diversificação do portfólio, com alocação em Títulos Públicos e Fundos de Investimentos, priorizando instituições financeiras sólidas do segmento S1. Foi destacado que o segmento de Títulos Públicos superou o objetivo-alvo de 40%, alcançando 60%, devido à elevação das taxas. Em contrapartida, os fundos com 100% em Títulos Públicos apresentaram alocação de 18,51%, abaixo da meta de 27%, optando-se por investir diretamente nos títulos. Na Renda Fixa Geral, a alocação chegou a 23,98%, acima da meta de 20%, devido à alta da taxa CDI. O investimento em renda variável permanece estável, sem novas aplicações previstas. A carteira do OLINPREV obteve rentabilidade acumulada de 4,58% no ano, superando a meta atuarial de IPCA + 5,19% ao ano. O Diretor agradeceu a atenção de todos e reiterou a importância de os conselheiros obterem certificação exigida pelo Ministério da Previdência,

para melhor compreensão dos temas tratados. Prosseguindo à pauta, o Presidente Leonardo Aguiar introduziu o terceiro item: a proposta de unificação dos fundos, apresentada pelo Conselheiro Everaldo Catão, a quem concedeu a palavra. Everaldo Catão explicou que, quando foi criado o Fundo de Previdência de Olinda, havia a expectativa de realização contínua de concursos, o que manteria o equilíbrio atuarial com o ingresso de novos servidores. Estudos indicavam a necessidade de cinco servidores ativos para cada aposentado. Contudo, com a descontinuidade dos concursos e a ocupação de cargos por comissionados e contratados vinculados ao INSS, a sustentabilidade do regime próprio foi comprometida. Destacou que o Fundo Capitalizado, por ainda não possuir aposentados, apresenta superávit, mas seus recursos estão sendo aplicados no sistema financeiro, ao invés de contribuírem para cobrir o déficit do Fundo Financeiro. Propôs a criação de um grupo de trabalho para estudar o tema com base em dados atuariais, financeiros e experiências de outros municípios. O Presidente Leonardo Aguiar agradeceu a fala e pontuou que, por se tratar de tema relevante, o Conselho de Administração deve atuar com rigor técnico. Citou o parecer do atuário Luiz Cláudio Kogut, contrário à unificação, com base na existência de um déficit que perduraria por mais de 60 anos. Unificar os fundos, segundo o atuário, apenas anteciparia o pagamento, onerando ainda mais a estrutura pública. Sugeriu que o SISMO ou o SINPMOL contratassem um outro atuário para confrontar tecnicamente os argumentos apresentados, caso julgassem necessário. Everaldo Catão concordou com a sugestão e mencionou que o SISMO já entrou em contato com um profissional. Destacou que não apenas atuários, mas também economistas devem ser considerados no debate. O Conselheiro Roberto Mardônio, suplente dos servidores ativos, reforçou a importância de o sindicato contratar especialistas para confrontar tecnicamente os dados apresentados e propor, se necessário, alterações. O Diretor Paulo Beldel explicou que os principais beneficiários das aplicações financeiras são os servidores ativos, e que a taxa de juros utilizada nas projeções segue a Portaria nº 1.499/2024 do Ministério da Previdência Social. Enfatizou a necessidade de manter o superávit para garantir pagamentos futuros, inclusive após o encerramento das contribuições. O Vice-Presidente Roberto Ferreira ressaltou que, embora a mudança possa parecer vantajosa a curto prazo, a sua adoção exige observância às normas legais. A unificação dos fundos implicaria amortização do déficit em prazo menor, exigiria aprovação legislativa e análise do Ministério da Previdência Social. Caso considerada irregular, o município pode perder o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), o que comprometeria os repasses da União. A Conselheira Márcia Vieira, representante do SINPMOL, elogiou a apresentação do atuário, destacou a importância do embasamento técnico nas decisões e apoiou a contratação de um profissional especializado para assessorar os debates. Por fim, a Sra. Claudia Tabosa reforçou que as avaliações atuariais seguem portarias do Ministério da Previdência (Portarias nº 1.467/2022 e 4.963/2021), são revistas anualmente, e que propostas como aumento de alíquota foram feitas para o Fundo Capitalizado. Esclareceu que, conforme a legislação vigente, é vedada a transferência de recursos de um fundo para outro. Afirmou que o OLINPREV está com equilíbrio financeiro regular e CRP vigente, e que está aberto ao diálogo com os sindicatos, desde que observados os limites legais e o princípio da sustentabilidade do regime. Leonardo Aguiar agradece as informações e não existindo mais manifestações, o Presidente encerra esta sessão às 12:26, lavrada através da presente ata, assinada por todos os Conselheiros participantes e por mim, Gustavo Tenório Gonçalves Holanda, Secretário-Geral dos Órgãos Colegiados do OLINPREV.

Olinda/PE, 21 de maio de 2025.

LEONARDO SALES DE AGUIAR
Presidente

JOSANY XAVIER DE MENEZES

Conselheiro(a) Titular - Indicação da APROMO

JOSUÉ UKA DE OLIVEIRA LIMA

Conselheiro(a) Titular - Indicação do SINFAN

WANEISSA FERNANDA SILVA

Conselheiro(a) Titular - Eleita Pelos Servidores Ativos

MÁRCIA VIEIRA BARBOSA

Conselheiro(a) Titular - Indicação do SINPMOL

GUSTAVO TENÓRIO GONÇALVES HOLANDA

Secretário-Geral dos Órgãos Colegiados

EVERALDO TORRES CATÃO

Conselheiro(a) Suplente - Indicação do SISMO

Publicado por:

Gustavo Tenorio Gonçalves Holanda

Código Identificador:C4120B50

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 20/08/2025. Edição 3910

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>